

TECENDO MEMÓRIAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LIBRAS NO SUL DO BRASIL

Elissandra Lourenço Perse (UERJ)
elissandraperse@gmail.com

RESUMO

A partir da publicação do Decreto 5.626/05, o Ministério da Educação promoveu programas específicos para a criação de cursos de graduação de licenciatura em Letras: LIBRAS–Língua Portuguesa e de formação em Tradução e Interpretação de LIBRAS–Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, Art. 11). Nosso objetivo no presente trabalho é analisar o processo de institucionalização da LIBRAS nos cursos de graduação das Universidades Federais da Região Sul do Brasil. Tendo a UFSC sido pioneira na oferta desse curso, haveria alguma reverberação de seus discursos institucionalizantes da LIBRAS na criação de outros cursos de graduação – Como diferentes instituições estão disciplinarizando a língua de sinais nos espaços acadêmicos a partir de uma emergência disciplinar. Para isso, nos inscrevemos na perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL), com base nos estudos de Sylvain Auroux (1989; 2014) e Eni Orlandi (2001; 2007; 2010), que buscam compreender os processos de constituição de identidades linguísticas, as relações entre os sujeitos e a institucionalização do saber.

Palavras-chave:

LIBRAS. PPP. História das Ideias Linguísticas.

1. Introdução

O início do século XXI marca uma série de conquistas da comunidade surda especialmente no campo educacional. É no ano de 2002 que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dessa população por meio da Lei nº 10.436.

Já em 2005, o Decreto nº 5.626, regulamenta a lei anterior e dá outras providências como a obrigatoriedade da inserção de LIBRAS nos cursos de formação de professores em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas.

Logo após a publicação do Decreto, cria-se o primeiro curso de graduação de Licenciatura (2006) em Letras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais e, posteriormente em Bacharelado em Tradução e Interpretação de LIBRAS/Português (2008), implementado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na modalidade a distância.

Segundo Cerny, Quadros e Barbosa (2009), o curso possuía parcerias com diversas instituições de todo o Brasil podendo oferecer simultaneamente o mesmo curso em diferentes regiões do país. Assim:

A proposta do oferecimento na modalidade a distância apresentou um cunho multiplicador. O objetivo da formação desses profissionais em vários estados do Brasil garantiria a multiplicação de formadores em todo o território brasileiro. Esta área, por ser nova, não contava ainda com profissionais suficientes para o seu desenvolvimento (QUADROS; STUMPF, 2014, p. 10)

Segundo dados do próprio sítio eletrônico da UFSC¹, as primeiras turmas finalizaram a licenciatura no ano de 2010 com trezentos e oitenta e nove (389) alunos surdos e ouvintes. Em 2012, foram seiscentos e noventa (690) alunos, sendo trezentos e setenta e oito (378) da licenciatura e trezentos e doze (312) do bacharelado.

Assim, a UFSC com o suporte das instituições polo foi responsável pela formação acadêmica de mais de mil profissionais espalhados por todo o Brasil em seus primeiros cursos de graduação em Letras/LIBRAS.

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, foi lançado em 17 de novembro de 2011 por meio do Decreto nº 7.612, tendo como objetivo implementar novas iniciativas e intensificar ações que já eram desenvolvidas pelo governo em prol das pessoas com deficiência. Além disso, o Governo Federal ressaltou o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo nosso país com equivalência de emenda constitucional.

A cartilha sobre o Viver sem Limite organizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) esclarece que o plano está apoiado em quatro eixos: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. E dedica-se a enumerar as ações que serão investidas para alcançar esses objetivos.

Em seu primeiro eixo, a publicação indica que nas Instituições Federais de Ensino, estão sendo instalados núcleos de acessibilidade e ofertados cursos de Letras/LIBRAS e de formação em Pedagogia na perspectiva bilíngue (LIBRAS/Língua Portuguesa) (BRASIL, 2014, p.

¹ Para mais detalhes, ver <https://LIBRAS.ufsc.br/LIBRAS-distancia/>. Acessado em 10/07/2019.

12). E, logo em seguida, apresenta metas estabelecidas, para o período de 2011- 2014, de iniciativas que promovam o acesso à educação.

Uma das iniciativas proposta refere-se à Educação Bilíngue que para torná-la realidade, como diz o documento, previa a criação de vinte e sete (27) cursos de Letras/LIBRAS – Licenciatura e Bacharelado, um por unidade da Federação, além de doze (12) cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue. Por meio do plano, seriam criadas seiscentas e noventa (690) vagas para que as instituições federais de educação contratassem professores, tradutores e intérpretes de LIBRAS. (BRASIL, 2014, p. 27).

Com os recursos provenientes do Plano Viver sem Limite e o projeto pioneiro do Letras/LIBRAS da UFSC, desencadeou-se a criação de cursos presenciais por todo o país.

Dessa forma, na região Sul do Brasil, a UFSC passa a oferecer na modalidade presencial, os cursos de Licenciatura de Letras/LIBRAS e de Bacharelado em Tradução e Interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa em 2012. E, ambas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) passam a oferecer os cursos de bacharelado em tradução e interpretação de LIBRAS e o curso de Licenciatura em LIBRAS, respectivamente, em 2015.

Tendo a UFSC sido pioneira na oferta desse curso, haveria alguma reverberação de seus discursos institucionalizantes da LIBRAS na criação de outros cursos de graduação? Como diferentes instituições estão disciplinarizando a língua de sinais nos espaços acadêmicos a partir de uma emergência disciplinar? No intuito de responder a esses questionamentos, analisamos o primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de Letras/LIBRAS das Universidades Federais da Região Sul do Brasil.

O objetivo desse trabalho é analisar como cada instituição está construindo o processo de disciplinarização da LIBRAS por meio da análise do PPP. Para isso, nos filiamos aos estudos da História das Ideias Linguísticas (HIL), segundo Auroux (1989; 2008; 2014) e Orlandi (2001; 2007; 2010).

Para a coleta de nosso *corpus*, recorreremos aos sítios eletrônicos das instituições ou, quando não disponíveis, entramos em contato com os coordenadores responsáveis pelos cursos solicitando o primeiro Projeto Político Pedagógico do curso. Devido às limitações desse trabalho, ex-

pomos aqui uma análise apenas do item intitulado “apresentação” desses documentos, uma vez que “os textos de apresentação projetam uma imagem e a definição do público visado, uma imagem de língua [...]” (SILVA, 2013, p. 77), elementos propícios para as discussões que nos propomos nesse trabalho.

2. *O PPP como instrumento linguístico*

Nosso objetivo no presente trabalho é analisar o processo de institucionalização da LIBRAS nos cursos de graduação das Universidades Federais da Região Sul do Brasil. Nossas reflexões envolvem a construção de um arquivo institucional relacionado à história da LIBRAS nessas instituições por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos, cuja seção “apresentação” trata sobre a constituição dos cursos nessas universidades.

Para isso, nos inscrevemos na perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL), com base nos estudos de Sylvain Auroux (1989; 2014) e Eni Orlandi (2001; 2007; 2010), que buscam compreender os processos de constituição de identidades linguísticas, as relações entre os sujeitos e a institucionalização do saber.

Primeiramente cabe ressaltar que ao falarmos sobre a História das Ideias Linguísticas, não nos referimos a uma periodização cronológica de fatos históricos, e sim, de fazer história nas ciências da linguagem, pois a HIL parte de uma ótica intrínseca, um saber elaborado sobre uma língua, fruto de uma reflexão ou atividade metalinguística (AUROUX, 1989) e não do ponto de vista externo tal como faz o historiador.

Assim, para além de elencar cronologicamente fatos históricos que desencadearam a inserção da LIBRAS nas universidades, buscamos analisar como o processo de produção e institucionalização do saber dessa língua produz sentidos em um determinado contexto sócio-ideológico, pois:

Quando falamos das ideias linguísticas, referimo-nos à definição da língua, à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos que lhes são ligados e também à sua relação com a história do povo que a fala. (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 32)

Auroux (2014) define o conceito de “instrumento linguístico” como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na

base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (p. 65).

Orlandi (2001, p. 8) define os instrumentos linguísticos por sua vinculação com a ideologia a partir da forma como estabelecem historicamente as relações entre língua, sujeito e sociedade. Desse modo, a materialidade de uma prática que constituiu a cidadania tem de um lado, as Instituições, de outro, a sua textualidade: gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino.

[...] enquanto objeto histórico, tanto a gramática como o dicionário, ou o ensino e seus programas, assim como as manifestações literárias são uma necessidade que pode e deve ser trabalhada de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e configura as formas da sociedade. O que nos leva a dizer que, por isso mesmo, eles são um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história. (ORLANDI, 2001, p. 9)

Pela análise da produção desses instrumentos tecnológicos, podemos compreender de que forma a institucionalização da LIBRAS e sua instrumentalização constituíram um novo espaço político-social embasando uma consciência histórica acadêmica da língua de sinais que orientará a criação de outros cursos de Letras LIBRAS.

A partir dos documentos institucionais disponíveis, recorreremos, então, ao PPP uma vez que esses textos se convertem em fontes de documentação onde buscamos identificar particularidades que nos auxiliem a traçar a (re)construção de uma determinada realidade social contextualizada histórica e ideologicamente.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), também conhecido apenas como Projeto Pedagógico (PP) ou Projeto Pedagógico Curricular (PPC), trata-se de um documento que reúne os resultados de processos coletivos de discussão, reorientação e avaliação dos cursos de graduação que orienta os docentes no planejamento da sua disciplina, de modo a concretizar a política educacional da instituição².

Segundo Freitas (2002, *on-line*³):

² Neste trabalho optamos por definir o documento como projeto político-pedagógico por acreditarmos e querermos enfatizar que todo projeto pedagógico é fundamentalmente político.

³ Disponível no site do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica (DEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em <http://www.dep.uerj.br/projeto-pol%C3%ADtico-pedag%C3%B3gico.html>. Acesso em 31/3/2019.

Entende-se por projeto pedagógico a proposta produzida coletivamente no âmbito da Unidade Acadêmica, que explicita um elenco de diretrizes e estratégias, cuja finalidade é orientar a ação político-pedagógica do fazer universitário. Ou seja, enunciar os procedimentos a serem desenvolvidos no processo educativo, explicando como se organizam, se constroem e acontecem as atividades de professores, de alunos e da administração dos cursos. Em última análise, trata-se de um compromisso definido e cumprido por todos os integrantes da comunidade acadêmica.

Isto é, em sua concepção, o PPP apresenta um compromisso firmado no coletivo a partir das teorias pedagógicas desse documento que visam à interação entre o curso e o contexto no qual está inserido. Dessa forma, ele deve ser desenvolvido a partir das diretrizes do Projeto Político Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a fim de representar a instituição, articulando-se com as especificidades próprias de cada curso e da sua localidade.

Ou seja, o delineamento do PPP envolve a relação interna da universidade com seu contexto externo. Ele resgata a memória da instituição e a sistematização dos saberes e faz projeção para seu futuro.

Se pensarmos as relações entre PPP e a HIL, observamos uma forma de constituição e institucionalização de saberes. Segundo Auroux (2014), todo conhecimento é uma realidade histórica, constituído por um horizonte de retrospectção e de projeção, os quais indicam que o ato de saber relaciona-se a um passado, por meio de um conjunto de conhecimentos anteriores e, ao mesmo tempo, a um futuro que dele se desdobra, pois:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte retrospectção (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. (AUROUX, 2014, p. 12)

Assim, de acordo com Auroux (2008), não há um conhecimento instantâneo, uma vez que ele está situado em um dado momento na história e é afetado por uma exterioridade que o constitui. Na produção de um conhecimento linguístico, considera-se o que já foi produzido no passado e como este pode projetar um possível futuro. Dessa forma, um horizonte de retrospectção estabelece o conjunto de conhecimentos que precedem

uma atividade cognitiva, permitindo que se identifique o que de novo se instaura na produção do conhecimento linguístico.

Por meio da HIL podemos compreender o processo de produção e institucionalização dos estudos da linguagem. Esses, articulados à Análise do Discurso, tornam possível considerar também o PPP como um instrumento linguístico.

Como já citado anteriormente, para esse trabalho, analisaremos o capítulo “apresentação” dos PPPs dos cursos de graduação em Letras/LIBRAS das Universidades Federais da Região Sul do Brasil. Concordamos com Silva (2013, p.81), cujo trabalho analisa os prefácios de dicionários, que esses se constituem também como discursos e projetam uma imagem de língua, pois:

[...] compreendemos que os prefácios [desses dicionários] funcionam também como um observatório de onde podemos visualizar os discursos dos autores, as concepções de língua, as condições de produção em que foram produzidos. (SILVA, 2013, p. 78)

Ao analisarmos a “apresentação” dos PPP, observamos o papel das instituições na constituição dos saberes sobre a LIBRAS em sua produção, reprodução e divulgação.

Vejamos, então, como se dá o processo de institucionalização e disciplinarização da LIBRAS nas universidades já mencionadas.

3. A estrutura organizacional de cada universidade

Como já citado anteriormente, a UFSC foi pioneira na capacitação de profissionais para atuação na área do ensino e interpretação e tradução da LIBRAS. Em parceria com diversas instituições de ensino, implantou em 2006 o primeiro curso de Licenciatura em LIBRAS da América Latina na modalidade a distância. E, em 2012, foi a primeira graduação presencial do país direcionada a formar professores, tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi um dos polos da UFSC, no período de 2008-2012, ofertando o curso de Letras LIBRAS – Licenciatura e Bacharelado (EaD) a sessenta (60) alunos. A universidade foi uma das vinte e sete (27) Instituições de Ensino Superior (IES) contempladas pelo Plano Viver sem Limite com o lote de vagas e aportes financeiros para a implantação do curso de graduação de Letras/LIBRAS

no segundo semestre de 2014, tendo início as atividades letivas em 2015, com a oferta da Licenciatura.

Assim como a UFPR, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também foi polo do curso de Letras LIBRAS oferecido pela UFSC pelo mesmo período. Suas primeiras turmas, com total de quarenta e cinco (45) alunos, se formaram em Licenciatura e Bacharelado em 2012. Do mesmo modo que a UFPR, o curso presencial foi implantando em 2014, tendo suas atividades iniciadas em 2015, com a oferta do Bacharelado.

Diferentemente das outras IES, na UFRGS a proficiência em LIBRAS não é exigida para a realização do exame vestibular.

Além disso, na UFRGS, a graduação não é ofertada como um curso separado, mas sim como uma ênfase do curso de bacharelado. Sendo assim, inserido no conjunto das demais habilitações já existentes (português /alemão, português /espanhol, português /francês, português /inglês, português /italiano e português /japonês) do curso de bacharelado em Letras da UFRGS.

O curso de Letras-Bacharelado da UFRGS trata-se de um curso tradicional criado em 1973, inicialmente, com as habilitações Tradutor e Intérprete. A partir de 1991, a habilitação Intérprete deixou de ser oferecida e, segundo o *site* da instituição⁴, o curso hoje tem forte ênfase no texto escrito e nas habilidades e competências a ele ligadas, não oferecendo formação específica para o intérprete em situação de tradução simultânea em modalidade oral.

Apesar dessa informação, na página institucional do curso são listados todos os cursos de bacharelado em tradução na língua portuguesa e suas respectivas habilitações, destacando-se o de língua de sinais por ser o único curso que oferece bacharelado em tradução e **interpretação**⁵ de LIBRAS (LIBRAS-português e português-LIBRAS).

Para melhor visualização da estrutura organizacional das IES, elaboramos a tabela a seguir:

⁴ Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=334. Acesso em 18/07/2019.

⁵ Grifo nosso.

| | UFSC | UFPR | UFRGS |
|-----------------|-----------------------------------|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tipo | Licenciatura e Bacharelado | Licenciatura | Bacharelado |
| Modalidade | Presencial | Presencial | Presencial |
| Denominação | Letras LIBRAS | Letras LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais | Habilitação tradução e interpretação de LIBRAS (LIBRAS – Português e Português-LIBRAS) |
| Turno | Matutino | Noturno | Não informado |
| Local de oferta | Centro de Comunicação e Expressão | Setor de Ciências Humanas | Instituto de Letras Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas / Departamento de Línguas Modernas |
| Início | 2012 | 2015 | 2015 |

Tabela 1: Estrutura Organizacional do curso de Letras LIBRAS nas IES.

Fonte: Elaborada pela autora.

A seção do PPP ao qual nos propusemos analisar nesse artigo foi nomeado de diferentes formas nas três instituições. A saber: “fundamentos conceituais” (UFSC), “apresentação” (UFPR) e “introdução” (UFRGS). A seguir, analisamos os discursos presentes nesses documentos.

4. Analisando os PPPs

Para reflexão acerca da construção dos PPPs dessas três universidades federais brasileiras, tomamos em conta alguns elementos estruturantes tais como: o aporte teórico ao qual se filiam e a justificativa que fundamenta a criação dos cursos, pois:

Construir um projeto político-pedagógico significa refletir sobre os cursos e, principalmente, sobre o tipo de profissional que se pretende realmente formar. Nesse sentido, é necessário explicitar o eixo epistemológico que sustenta o conteúdo acadêmico do curso, seu espaço, seu tempo, suas ementas e suas bibliografias. (VEIGA, 2004, p. 42)

Como cada universidade tem autonomia e flexibilidade na elaboração de seus PPPs, nem sempre encontramos exatamente os mesmos elementos nos mesmos espaços, assim, buscamos analisar o aporte teórico e a justificativa em que se baseiam por serem aspectos comuns em todos os documentos e que dão sustentação/fundamentação à criação dos cursos.

a) Linha teórica que fundamenta o currículo do curso

Dos três documentos analisados, o PPP da UFSC é o que apresenta de forma mais categórica sua filiação teórica que norteará a elaboração dos cursos de bacharelado e licenciatura.

Há uma grande valorização do conhecimento científico que reverbera na quantidade de horas dedicadas aos estudos linguísticos em comparação aos estudos pedagógicos, por exemplo, na grade curricular do curso.

Esta parece ser uma questão tão cara a UFSC que é o primeiro tópico abordado no PPP, precedendo o histórico da instituição e do próprio curso.

Foi a única a nomear o autor e obra que sustentam seu discurso científico, definindo e delimitando, assim, os conceitos que norteiam suas perspectivas de língua. Assinala, então, que suas noções firmam-se na perspectiva sócio-semiótica do professor M. A. K. Halliday e cita sua obra clássica “Language as social semiotic” (p. 4).

Aqui fazemos pequenos parênteses para pontuar que, segundo Meurer e Balocco (2009), as primeiras notícias no Brasil sobre a Linguística Sistemico-Funcional, baseado nas concepções de Halliday, se dão exatamente na UFSC através das atuações das professoras Rosa Konder e Carmen Rosa Caldas-Coulthard para a formação de professores de inglês como língua estrangeira na década de 1980.

Orlandi (2007, p. 95), ao expandir a noção de arquivo, expõe a reflexão de que “todo dizer se liga a uma memória”. Por meio dessa perspectiva, as articulações entre arquivos e dizeres resgatam uma memória discursiva e uma força institucional que acabam ecoando nos PPPs.

Subscrito, então, na Linguística Sistemico-Funcional (LSF), o PPP da UFSC propõe quatro dimensões acerca da linguagem como: i) sistema; ii) arte; iii) conhecimento e iv) comportamento.

Embora se apresentando a partir de uma linha teórica bem definida no início do PPP -a LSF - ao tratar das quatro dimensões supracitadas, observamos a inserção de outras concepções teóricas.

Ao tratar a “linguagem como conhecimento” declara que os subsídios teóricos podem advir da “psicolinguística, psicologia, dos estudos do cérebro humano e da cognição” (p. 5), enquanto que os “subsídios teóricos para o estudo da linguagem como comportamento podem derivar

da Sociolinguística, da Sociologia, da Etnometodologia, da Antropologia e da Filosofia, entre tantas outras que poderiam ser citadas” (p. 6).

O texto termina explicando que essas dimensões não podem ser estanques e, por isso, procuram ser suficientemente abrangentes no intuito de concatenar todos os diversos elementos do currículo do curso.

Diferentemente da UFSC, as outras IES não citam autores cujos trabalhos científicos norteariam seus PPPs.

A UFRGS retoma as dimensões acerca da linguagem apontadas pela UFSC, porém apenas uma delas. De acordo com o PPP da instituição são duas as dimensões inter-relacionadas que constituem a base da nova habilitação proposta para o curso. A saber: i) a linguagem como sistema e ii) a linguagem como ação social.

Desse modo, ao falar de linguagem, o PPP da UFRGS parece ter se inspirado em parte no da UFSC.

Observamos que na primeira dimensão (linguagem como sistema) há uma imagem estruturalista da língua, porém, ao mesmo tempo, há uma perspectiva pragmática, baseada no uso com a segunda dimensão apresentada (linguagem como ação social).

Segundo o PPP da UFRGS, a modalidade viso-espacial da LIBRAS beneficia uma concepção para além da codificação e decodificação de mensagens em signos linguísticos:

Assim, sobretudo em se tratando da formação de profissionais que serão especializados em uma língua que se compõe de signos na modalidade espaço-visual, privilegiam-se os usos primordiais da linguagem na fala-em-interação, percebida, portanto, como interação corporificada e organizada no decorrer do tempo físico real. Em outras palavras, envolve os participantes **não**⁶ como entidades abstratas que pertencem a grupos pre-determinados, com regras para a produção de elocuições e daí ficam inertes até receberem uma mensagem de volta, mas em vez disso, são concebidos como seres humanos contidos em corpos físicos, ocupando espaço em situações sociais simultaneamente capacitadoras e limitadoras. (p. 8)

Curioso observar que segundo o PPP, parece que a característica das línguas de sinais (por serem visuais-espaciais) propicia um distanciamento de uma visão de comunicação linear estabelecida entre um emissor–mensagem–receptor, que não contemplam o processo interativo dos sujeitos e tampouco os atores desse processo. Como se sua particularida-

⁶ Grifo do autor.

de beneficiasse uma concepção dialógica da linguagem e não como uma perspectiva de linguagem de caráter mecanicista e simplificação excessiva passível tanto nas línguas orais quanto nas de sinais, a partir da adoção epistemológica a qual se inscrevem os sujeitos.

A UFPR tampouco cita autores em sua filiação teórica. Contudo, esclarece que busca oportunizar uma formação na perspectiva socioantropológica e que as ciências humanas (Antropologia, Filosofia, Linguística, Psicologia, Pedagogia...) constituirão o aporte epistemológico do curso (p. 40).

Na perspectiva ideológica, o curso apreende a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como a materialização de um produto cultural das comunidades surdas, ao longo de séculos, que deve ser apreendida como fenômeno político, histórico, cultural e linguístico, em detrimento da visão clínico-terapêutica que trata as produções linguísticas das pessoas surdas no campo da patologia da linguagem. (p. 40)

Embora em todos os documentos haja menções aos processos de exclusão pelo qual passaram/passam os surdos, observamos que o PPP da UFSC traz o discurso da ciência, do conhecimento acadêmico fundamentado nos estudos linguísticos aos quais se filia, enquanto que na UFPR, para além do discurso científico, há também um engajamento político que se volta para a questão da diversidade, das línguas minoritárias e a garantia de seus direitos linguísticos.

Ao longo de todo o documento, repercutem as divisões, as tensões acerca das concepções clínico-terapêuticas e sócio-antropológicas sobre a surdez que implicarão nas condições de produção da institucionalização da LIBRAS nessa universidade. Retoma-se um horizonte de retrospectiva que fundamentou a educação dos surdos por décadas (o oralismo) do qual, dentro de um horizonte de projeção, pretende-se rechaçá-lo a favor do discurso da diferença cultural e linguística. Dessa maneira, esse discurso fundador da LIBRAS no meio acadêmico nessa IES, volta-se para o passado, refutando-o para legitimar uma nova prática contemporânea.

Segundo Nunes (2008), é nessa prática que vemos constituírem-se diferentes horizontes de retrospectiva, que relacionam o saber linguístico a certas temporalidades, pois:

[...] não se pode abordar a questão da história das ciências sem estudar a estrutura dos horizontes de retrospectiva e o modo como os domínios de objetos são afetados pela temporalidade. Deparamo-nos aí com os chama-

dos “modos de historicização”, ou seja, modos de os objetos estarem na “história real”. (AUROUX, 2006, p. 110 *apud* NUNES, 2008, p. 85)

Ainda de acordo com Nunes (2008), os trabalhos com horizontes de retrospectiva explicitam organizações específicas da temporalidade, a fim de “retomar objetos deixados de lado, de transformá-los ou substituí-los, no jogo entre memória e esquecimento” (p. 85).

Dessa maneira, há diferentes discursos dando sustentação às apresentações dos três PPPs.

b) Justificativa do curso

Ao apresentar as justificativas para a abertura do curso de Letras/LIBRAS, observamos que as três universidades apresentam três argumentos em comum: i) políticas públicas de inclusão; ii) dados do IBGE e iii) resultados do Exame Nacional de Certificação e Proficiência em Língua Brasileira de Sinais e de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa (ProLIBRAS).

i. Políticas públicas de inclusão

Ao apresentar as justificativas para a abertura do curso de Letras/LIBRAS na modalidade presencial, a UFSC afirma que se trata de uma proposição a fim de atender às demandas impostas pela inclusão dos surdos. Convoca, então, fatores de natureza legal para embasar essa prerrogativa: o Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei de LIBRAS 10.436/02, bem como a Lei de Acessibilidade 5.296/04.

A UFPR também aponta as mesmas Leis e Decretos em sua justificativa, além de trazer a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Além de toda a natureza legal apresentada, a UFPR marca a voz e o anseio dos surdos no documento, ao trazer a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), seus movimentos e lutas que culminaram em conquistas políticas para a comunidade surda:

Apoiada na determinação legal e em documentos internacionais a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), entidade “de” e “para” os surdos brasileiros, que representa todas as associações de surdos brasileiros e escolas de surdos filiadas, a implantação e implementação de uma política pública efetivamente direcionada aos surdos brasi-

leiros em geral e, em específico, àqueles que têm a Língua de Sinais Brasileira como sua primeira língua. Durante todo o ano de 2011, o **Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda**, esteve mobilizado na luta por **Escolas Bilíngues para Surdos (LIBRAS e Português-Escrito)**⁷, nos termos do que determina a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei de LIBRAS e o Decreto 5.626/2005. (p. 35)

É interessante pontuar como a instituição traz de forma tão pujante ao longo de todo seu PPP, como já citamos em outra oportunidade, um discurso engajado politicamente em questões de línguas e culturas de minorias. E assim, dá voz a essa minoria por meio da federação que a representa, “uma entidade ‘de’ e ‘para’ surdos”. Para além da voz da federação e das leis que apresentam o desejo dessa população, os surdos ganham destaque no documento da instituição que inaugura o curso de Letras/LIBRAS por meio de elementos tipográficos como o uso do negrito, letras maiúsculas e o uso de aspas que marcam (também no papel) a participação desses sujeitos nesse processo.

Outro aspecto a ser observado é a qual surdo se direciona essa política pública defendida no trecho supracitado que é “efetivamente direcionada aos surdos brasileiros em geral e, em específico, àqueles que têm a Língua de Sinais Brasileira como sua primeira língua”, diferentemente marcado no PPP da UFRGS que também “visa-se oportunizar àqueles que apresentam dificuldade de audição a continuidade de sua formação por meio de ingresso em Curso Superior” (p. 5).

Claro, que precisamos considerar que os cursos são de natureza distinta – licenciatura e bacharelado –, mas é curioso observar que a diversidade na surdez (surdos oralizados e surdos usuários de língua de sinais) não aparece comumente nos PPPs. Inclusive no PPP da UFSC mostra-se uma divisão muito demarcada no qual o curso de licenciaturas volta-se para os surdos e o de bacharelado para os ouvintes.

Retomando as justificativas apresentadas pelas IES, as políticas públicas educacionais de inclusão demandam professores bilíngues, professores de línguas de sinais e intérpretes que possam atuar na educação de surdos, o que atende tanto aos cursos de licenciatura e bacharelado e, provavelmente, por isso é utilizado como justificativa pelas três instituições.

⁷ Grifos do autor.

A UFRGS, para além do que já foi apresentado na ordem do jurídico e das leis, faz um breve levantamento feito nas escolas de surdos do Estado. Assim, são listadas as escolas de surdos existentes no ensino médio e fundamental e é pontuado o fechamento nos últimos anos de algumas escolas de surdos devido às políticas de promoção da educação inclusiva e que o atendimento às crianças surdas nesses contextos tem deixado a desejar pela falta de profissionais qualificados.

Apesar de utilizar esse dado para argumentar a necessidade de formação de profissionais qualificados para atender essa demanda, a UFRGS usa como justificativa a falta de educação adequada para surdos, mas propõe uma habilitação em bacharelado e não em licenciatura: “[...] no ambiente que maximiza o desenvolvimento acadêmico e social e empregando professores que são qualificados em língua de sinais” (p. 6) e “Deve-se destacar que um dos principais problemas nas escolas regulares que incluem o aluno surdo é a falta de professores suficientemente preparados[...]” (p.7). Aparentemente, um certo paradoxo.

Contudo, o PPP traz aspectos da educação bilingue, mas a questão da educação inclusiva, que depende da presença do intérprete, é que atende mais especificamente ao curso de bacharelado.

Enfim, ao citarem as políticas públicas educacionais de inclusão, as IES revelam uma grande demanda de profissionais para atuar no âmbito educacional e em diversos contextos sociais. Para tratar desse mercado de trabalho em expansão, recorrem a dados estatísticos como vemos a seguir.

ii. Dados do IBGE

Para justificar a demanda do mercado de trabalho, as três instituições recorrem aos dados extraídos do Censo Demográfico do IBGE/2000 e INEP/2005 para contabilizar a população surda no Brasil e sua inserção (ou não) nos sistema de ensino brasileiro. Esses dados haviam sido utilizados na época para verificar a viabilidade da criação de novos polos de cursos EaD.

Compara-se o número de surdos nas universidades com o número de ouvintes e compara-se também o número de surdos que ingressaram no ensino superior após a Lei de LIBRAS (Lei 10.436) em 2002, mostrando um vertiginoso aumento. Tais resultados são utilizados a fim de comprovarem a necessidade da abertura do curso, pois é urgente observar

a “função social da universidade em promover ações de acesso à democratização de ensino a grupos políticos minoritários historicamente excluídos do sistema de ensino, como é o caso das pessoas surdas”. (UFPR, p. 37 e 38)

Com exceção da UFPR, a partir da visão macro, volta-se para a visão local referente aos dados em Santa Catarina (UFSC) e Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim como anteriormente, a população surda é quantificada nesses Estados, bem como sua situação escolar.

Como também se tratam de dados estatísticos, seguiremos com os resultados do ProLIBRAS apresentados nos PPPs para prosseguir com nossa análise.

iii. Resultados do ProLIBRAS

Outro dado estatístico utilizado para analisar a demanda no mercado de trabalho provém do Exame Nacional de Certificação e Proficiência em Língua Brasileira de Sinais e de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa (ProLIBRAS).

Os dados contidos nos relatórios desses exames apresentam o número de inscrições e aprovações em todo o Brasil.

A UFSC apresenta os números dos anos de 2006-2008 destacando a quantidade de inscritos e de aprovados no exame, esse último quase sempre muito inferior ao primeiro. Como nos dados do IBGE, parte-se dos números a nível nacional para depois, estadual.

Tanto a grande quantidade de inscritos quanto a de reprovados é utilizada para justificar a instituição de uma demanda e necessidade de profissionais que buscam por uma formação qualificada, além das políticas públicas de inclusão que vão corroborar com essa questão.

A UFPR, assim como a UFSC, menciona os mesmos resultados de 2006-2008 e, em seguida, dá um maior destaque aos dados do então, último exame em 2012, por meio de tabelas e percentuais. Ademais, utiliza como argumento para a abertura do curso de graduação, a classificação do Paraná a partir de seu desempenho nas últimas edições do ProLIBRAS.

O Estado do Paraná sempre ocupa posição privilegiada no ranking das inscrições para o exame em nível nacional, apresentando, por anos

consecutivos, a terceira ou quarta posição em número de inscritos, comparativamente ao total. Isso aponta a demanda de potenciais candidatos para o curso de graduação em Letras/LIBRAS ora proposto (p. 37).

Interessante observar que as três universidades trazem números do IBGE sobre a quantidade de surdos em seus respectivos estados para justificar a necessidade da criação do curso de Letras/LIBRAS, bem como os percentuais de inscritos e aprovados no ProLIBRAS.

Assim, verifica-se o discurso estatístico (matemático, lógico, científico), que serve, entre outros, aos fins de controle social, sendo apresentado para legitimar a emergência disciplinar do curso de LIBRAS.

Cria-se uma demanda externa (IBGE, atendimento às escolas de surdos e/ou inclusivas, a falta de profissionais, etc.) para criar uma nova habilitação (demanda interna). Dessa maneira, se “reforça a ideia cartesiana, lógica e objetiva da ciência” (MIGUEL, 2009, p. 6) que corrobora com a construção de legitimação científica e status linguístico a uma área do saber por décadas desconsiderada no meio acadêmico.

Dessa maneira, trazendo a noção de um discurso imparcial e modernizador por meio da verdade estatisticamente relatada e desvendada (MIGUEL, 2009, p. 6), sustentada em bases científicas (mensuráveis quantitativamente), se legitima a institucionalização da emergência disciplinar.

Observamos que, embora a UFRGS também acrescente os relatórios estatísticos da sexta edição do proLIBRAS (2013) em suas justificativas (p.6), há apenas uma breve explicação do que se trata o exame, sem a apresentação de qualquer dado/resultados da respectiva edição mencionada.

A UFSC também fundamenta a abertura do curso presencial de Letras/LIBRAS através de um discurso de autoridade institucional nesse campo do saber. A instituição resgata sua experiência e condição pioneira de ofertar o primeiro curso na modalidade EaD a vários estados brasileiros, assim como ter sido convidada pelo INEP e a secretaria de Educação Especial para a realização do Exame de Proficiência em Língua de Sinais, o ProLIBRAS. Além disso, o Programa de Pós Graduação em Linguística (CCE) que desenvolve pesquisas que, segundo o PPP, consolidam a UFSC enquanto centro de referência em relação à LIBRAS. E projetam outros programas que estariam abrangendo pesquisas nessa temática, tais como: o Programa de Pós-Graduação em Tradução (CCE),o

Programa de Pós-Graduação em Educação (CED) e o Programa de Pós-Graduação em Literatura (CCE).

A UFPR também utiliza a UFSC e seus pesquisadores como argumentos de autoridade ao trazer como proposta um curso que seja voltado para surdos:

Segundo Ronice Quadros, pesquisadora da área e coordenadora do projeto da UFSC (QUADROS, STUMPF, 2009), o curso de Letras LIBRAS foi construído na perspectiva de formar professores de Língua de Sinais, prioritariamente surdos, invertendo a lógica das relações sociais em que os sujeitos surdos são narrados como deficientes da linguagem e da audição, em direção ao reconhecimento de sua condição bilingue, na qual a graduação constitui um dos eixos da política linguística. Assim, seu projeto-pedagógico busca tornar central o conhecimento na Língua de Sinais, bem como, captar as formas de ensinar e aprender voltadas às experiências visuais dos surdos. (p. 34)

A fim de validar a justificativa do curso (seja por sua criação ou pelo seu público-alvo), a UFPR traz a UFSC como argumento de autoridade.

5. *Tecendo (in)conclusões*

Para esse trabalho, pensamos como se daria a construção de uma territorialidade disciplinar apresentada nas práticas documentais como os primeiros PPPs dos cursos de Letras/LIBRAS das universidades federais da região sul brasileira. Para isso, nos filiamos a HIL, segundo Auroux (1989; 2008; 2014) e Orlandi (2001; 2007; 2010).

A partir da análise dos primeiros PPPs dessas IES, buscamos verificar como a LIBRAS é institucionalizada, como se produz uma historicização dessa área do saber.

Identificamos que a construção de uma territorialidade disciplinar se dá a partir da convocação da legislação para legitimar e justificar a abertura dos cursos de Letras/LIBRAS. Há um discurso da norma jurídica que sustenta o dizer da apresentação nesses documentos, bem como o discurso estatístico que quantifica e comprova a necessidade da institucionalização da LIBRAS no meio acadêmico.

Guimarães (2004) mostra em suas pesquisas como diferentes percursos históricos e institucionais levaram a linguística a se desenhar diferentemente em universidades brasileiras. Acreditamos que esse seja

uma pequena colaboração para pensarmos o mesmo processo com a língua de sinais brasileira nas diferentes IES.

Obviamente, não findamos aqui as possibilidades de análise cujo material nos debruçamos nesse artigo, ele é apenas um pequeno capítulo de uma memória em processo de institucionalização.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. Tomo I. Paris: Pierre Mardaga, 1989.

_____. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Trad. DE Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas-SP: Editora RG, 2008.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

BRASIL, *Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 10/07/2019

_____. *Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em 10/7/2019

_____. *Viver sem Limite. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Brasília: SDH/PR – SNPD, 2014.

CERNY, Roseli Zen; QUADROS, Ronice Muller de. BARBOSA, He-loiza. Formação de professores de letras-LIBRAS: construindo o currículo. In: *Revista e-Curriculum*, PUCSP-SP, v.4, n.2, junho, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3230/2148>. Acesso em: 10/07/2019.

FREITAS, Angela M. R. (org.). *Referências para construção de projetos pedagógicos nos Cursos de graduação da UERJ – RJ*, 2002. Disponível em: <http://www.dep.uerj.br/projetopol%C3%ADticopedag%C3%B3gico.html>. Acesso em 31/3/2019.

GUIMARÃES, E. *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

MEURER, José Luiz; BALOCCO, Anna Elizabeth. A linguística sistêmico-funcional no Brasil: interfaces, agenda e desafios. A linguística sistêmico funcional no Brasil: interfaces, agenda e desafios. In: *Anais do SILEL*, 2009. V1, EDUFU.

MIGUEL, Nadya Maria Deps. O IBGE e Teixeira de Freitas: discurso. In: *V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Bahia, 2009, p. 1-8. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/2009/19140.pdf>. Acesso em 31/7/2019.

NUNES, José Horta. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. In: *Alfa*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 81-100, 2008.

ORLANDI, Eni P. (org.). *História das ideias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

_____. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2007[1992].

_____. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2010.

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R. Letras LIBRAS EaD. In: QUADROS, Ronice Muller de (org.). *Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 9-35

SILVA, Nilce Maria. Uma leitura dos prefácios de obras dicionarísticas da língua brasileira de sinais. In: DA MOTTA, Ana Luiza Artiaga R.; MACEDO-KARIM, Jocineide; BRESSANIN, Joelma Aparecida; ZATTAR, Neuza; KARIM, Taisir Mahmudo (Org.). *Acontecimento de linguagem: espaços de significação*. Campinas: Pontes e UNEMAT, 2013. p. 77-95

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação básica e educação superior: projeto político pedagógico*. Campinas-SP: Papirus, 2004.